



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 167, DE 2015

(Do Sr. Arnaldo Faria de Sá)

"Acrescenta parágrafo 1º ao art. 45 da Lei n.º 8.213, de 1991".

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-4282/2012.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

“Acrescente-se o § 1.º ao artigo 45 da Lei n.º 8.213, de 1991, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art 45.º -

§ 1º os aposentados por idade, ou por tempo de contribuição que vierem a ficar inválidos mediante avaliação da perícia médica gozarão do mesmo benefício do caput.”

JUSTIFICATIVA

A presente proposta visa a fazer justiça aos casos, e inúmeros que são, dos aposentados por idade, ou até mesmo por tempo de contribuição, que vierem a ficar inválidos.

Constatada, através de perícia médica, a necessidade da assistência permanente de outra pessoa, nada mais justo do que se estender esse benefício a essa classe já tão sofrida.

Sala das Sessões, em 4 de fevereiro de 2015.

Arnaldo Faria de Sá
Deputado Federal – São Paulo

<p>LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI</p>

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

TÍTULO III DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

.....

CAPÍTULO II
DAS PRESTAÇÕES EM GERAL

Seção V
Dos Benefícios

Subseção I
Da Aposentadoria por Invalidez

Art. 45. O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).

Parágrafo único. O acréscimo de que trata este artigo:

- a) será devido ainda que o valor da aposentadoria atinja o limite máximo legal;
- b) será recalculado quando o benefício que lhe deu origem for reajustado;
- c) cessará com a morte do aposentado, não sendo incorporável ao valor da pensão.

Art. 46. O aposentado por invalidez que retornar voluntariamente à atividade terá sua aposentadoria automaticamente cancelada, a partir da data do retorno.

FIM DO DOCUMENTO
